

ATA DA REUNIÃO DE 11/05/2018

**CÂMARA MUNICIPAL
DO
FUNDÃO**

Texto definitivo da ata n.º 7/2018 da reunião ordinária realizada no dia 11 de maio de 2018, iniciada às 15:00 horas e concluída às 17:30

ORDEM DO DIA
REUNIÃO DE 11 DE MAIO DE 2018

1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 6 DE 24 DE ABRIL DE 2018.

2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

3– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

- a) Empreitada: “Reabilitação e Modernização dos Edifícios do Complexo Escolar da Escola Secundária do Fundão” – relatório de despacho/relatório de adjudicação;
- b) Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade do Fundão;
- c) Ratificação do protocolo celebrado entre o Município do Fundão e a Direção-Geral da Administração da Justiça;
- d) Atribuição de subsídio – Freguesia da Soalheira;
- e) Atribuição de subsídio – Freguesia de Alpedrinha;
- f) Atribuição de subsídio – Santa Casa da Misericórdia do Fundão;
- g) Atribuição de subsídio – Clube Cinófilo do Alentejo;
- h) Aprovação das Normas de Participação e Funcionamento da VI Feira do Enchido e do Presunto em Atalaia do Campo;
- i) Ratificação do protocolo de colaboração celebrado entre o Município do Fundão e a Agência Portuguesa do Ambiente.

4 – DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA:

- a) Joaquim Figueira Caldeira – redução do pagamento de taxas;
- b) Eco Glamping Gardunha, Lda. – redução do pagamento de taxas;
- c) João Seixo Nevado – legalização de arrumos agrícolas;
- d) Elisabete Batista Opinião Robalo – construção de moradia unifamiliar;
- e) João José da Silva Gonçalves – ampliação de moradia unifamiliar e anexo agrícola (legalização);
- f) Eugénia Dias Gaspar Gil – construção de moradia unifamiliar e telheiro;
- g) Teresa Maria Gonçalves dos Santos – ampliação de edificação destinada a habitação;
- h) Maria Helena Pinto Sanches Galante – alteração de habitação unifamiliar;
- i) José Luís Mendes Martins – muro de vedação confinante com caminho público;
- j) CBF - Central de Biomassa do Fundão, Lda. – ramal de ligação de cabos elétricos subterrâneos entre a Central e a Subestação EDP;
- k) Graça Martins Farinha – compropriedade;

- l) Joaquim Antunes Guilherme – prorrogação de prazo para execução de obras - edifício em estado de ruína;
- m) António Martinho Simões e Armando Campos – vistoria prévia a edifício em estado de ruína;
- n) Constituição das Comissões Técnicas de Vistorias.

5 – INFORMAÇÕES:

- a) Ofício/Resposta do Senhor Presidente da República ao ofício do Município do Fundão, enviado a 6 de abril de 2018 – “Ferido Grave - Incêndio Florestal na Serra da Gardunha”;
- b) Pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente, pelos Senhores Deputados Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira sobre a poluição da albufeira de Santa Águeda/Barragem da Marateca, em Castelo Branco;
- c) Voto de Louvor e Agradecimento aprovado pela Assembleia Intermunicipal da CIMBSE, em 19 de abril de 2018;
- d) Balancete do dia 8 de maio de 2018.

ATA N.º 7/2018

Aos onze dias do mês de maio do ano dois mil e dezoito, nesta cidade do Fundão, no “Salão Nobre” do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal do Fundão, sob a presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, e com as presenças do Senhor Vice-presidente, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos e dos Senhores Vereadores, Dra. Joana Morgadinho Bento, Dra. Maria Alcina Domingues Cerdeira, Dr. Paulo Manuel Pires Águas e Dra. Ana Paula Coelho Duarte. A reunião foi secretariada pela Diretora do Departamento de Administração e Finanças, Dr.^a Maria Isabel Carvalho Campos. Seguidamente o Senhor Presidente justificou a ausência do Senhor Eng.º António Joaquim Maroco Quelhas e declarou aberta a reunião.

1 – APROVAÇÃO DA ATA N.º 6

Foi presente à Câmara a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e quatro de abril do corrente ano, já do conhecimento de todos os membros do executivo.

Submetida a votação pelo Senhor Presidente, foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada nos termos da lei.

2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção, congratulando-se com o facto de uma das apresentadoras do Festival Eurovisão da Canção 2018, ter usado uma criação do estilista fundanense Carlos Gil. “Um orgulho para todos os fundanenses, mais ainda por estar nomeado para os Globos de Ouro 2018 na categoria: Moda.

Prosseguindo a sua intervenção, deu conta de alguns eventos de interesse municipal, nomeadamente:

- Presença na Feira Ibérica de Turismo, em que a ADXTUR- Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, foi reconhecida com um prémio regional de Turismo;

- Participação num Fórum, sobre desenvolvimento sustentável no âmbito do turismo. Aproveitou para dar conhecimento que o Município do Fundão tinha sido contactado para apresentar os seus sistemas na construção de redes e plataformas colaborativas, após os incêndios;

- Assinatura do protocolo referente às condições de contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente, já referenciado várias vezes em reunião de câmara como sendo uma grande necessidade para o concelho do Fundão, estando já os Bombeiros Voluntários do Fundão a proceder à última fase de recrutamento dos vários elementos;

- Participação no Fórum Transfronteiriço do Empreendedorismo Jovem da Região de Castilla y León, em Salamanca. Aproveitou para dar conhecimento que no próximo ano será realizado no Fundão. Evento importante na divulgação das empresas do concelho, sobretudo startups, e no estreitar de relações com esta região, o que permitirá a mobilidade entre os espaços de incubação, de coworks, e também ao nível da mobilidade de jovens e de talentos entre as duas zonas transfronteiriças.

Neste seguimento, deu ainda conta que estão a ser feitos contactos para se dar início a uma agenda transfronteiriça ligada à componente da cereja, nomeadamente ao nível da promoção e mobilidade turística, quer com a zona da Serra Penha de França, quer com Valle del Jerte.

Prosseguindo a sua intervenção, e por considerar relevante, deu conhecimento que tinha participado no grupo de trabalho sobre a nova legislação relativa ao Ensino Superior e Investigação. Disse estar confiante relativamente a um conjunto de medidas direccionadas para o interior do País e regiões de baixa densidade, medidas estas que irão ser apresentadas no final do mês. Considerou que seria importante que nesta audição estivessem também presentes autarcas, nomeadamente em que nas suas autarquias não haja ensino superior, para que

possam dar a sua opinião relativamente à questão da agenda associada à inovação, particularmente no apoio à investigação. Disse que tinha apresentado duas temáticas, nomeadamente a possibilidade de professores investigadores tirarem uma licença, sem serem prejudicados na sua carreira, para trabalharem em empresas ou instituições que necessitem de ter profissionais com doutoramento e com capacidade especializada, e se se tratar de um município do interior do país, que as licenças previstas até um ano possam ser alargadas, de modo a ser dado um contributo maior à criação de valor. Um outro tema que também abordou, seria que as instituições e empresas, do interior do País, que contratem doutorados, beneficiassem de redução ou isenção especial das contribuições para a Segurança Social, como forma de atrair e reter mais profissionais nestes territórios. Disse que tinha também referido a importância da transferência tecnológica, ou seja, haver Centros de Competências nas Universidades, mais ainda nos territórios de baixa densidade, e também que fosse criado um programa nacional, no âmbito dos fundos comunitários, para dar respostas a estas questões e encontrar modelos de diferenciação e redução de disparidades, que neste momento se verificam no acesso aos fundos comunitários.

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção, dando ainda conta que no dia 12 de maio seria assinado um contrato de financiamento através do Fundo Florestal Permanente, no valor de duzentos e vinte e um mil euros, para a redução das faixas de combustível na rede primária.

Deu também conhecimento que o Senhor Presidente da República já tinha dado resposta ao pedido de apoio institucional para os feridos graves dos incêndios que ocorreram no concelho do Fundão, remetendo o assunto para o Governo e Provedoria da Justiça.

Deu ainda conta de uma notícia não muito agradável, mas que provavelmente ainda carece de confirmação, que o Fundo de Emergência Municipal não irá apoiar do mesmo modo todos os municípios, em relação aos incêndios de outubro e de junho, que serão diferenciados dos ocorridos em agosto e setembro. Disse que tinha sido informado, que para os municípios afetados pelos incêndios de agosto e setembro, como é o caso do Fundão, em que arderam cerca de quatro mil e quinhentos hectares, serão contemplados apenas com sessenta por cento do apoio, mas que o esforço, nomeadamente para o Município do Fundão é muito elevado, e lembrou que no que se refere ao FEM avançou com sensivelmente três milhões de euros de prejuízo, fora as componentes agroambientais, que avançaram por outros mecanismos que têm vindo a ser candidatados e alguns já aprovados na APA, e ICNF, sobretudo através do Programa Comunitários do PDR. “Não entende esta divergência e desigualdade, principalmente num processo desta natureza, contudo irá efetuar as devidas diligências”.

Neste seguimento, referiu que sobre a alteração de paradigma no que se refere ao apoio aos agricultores, até ao valor de mil euros, a Assembleia da República tomou por unanimidade uma posição de recomendação, para que esta situação fosse alterada, ou seja, desde que fossem zonas consideradas de enorme desgaste, como sucedeu com o Fundão, os agricultores pudessem de facto ser abrangidos por esses apoios. Confirmou no entanto que ainda não tinha tido mais informações sobre esta questão. Lembrou que o Município do Fundão aprovou no seu orçamento uma medida de apoio até quinhentos euros para estes agricultores, tendo determinado cerca de cinquenta mil euros como valor referencial.

Prosseguindo, o Senhor Presidente deu também conta que ainda decorre a segunda edição do INTER LIFE PT, organizado pela APA, e que os participantes se deslocaram ao Carvalhal na Freguesia do Souto da Casa. Disse que o município tem tido a preocupação em participar e aproximar estes eventos do concelho do Fundão, porque todo o conhecimento é essencial, nomeadamente sobre o novo plano de ação que se pretende para a Serra da Gardunha enquanto paisagem protegida, após os incêndios.

Deu ainda conta que irá ter lugar entre os dias 11 e 13 de maio, no Centro de Negócios do Fundão a 21^a edição da LanParty, organizado pelo Município do Fundão, pelo Núcleo de Informática da UBI e Altran Portugal.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Cumprimentou todos os presentes.

Iniciou a sua intervenção referindo-se ao Cineteatro Gardunha. Disse que passado um ano, desde o debate em sessão pública, de trinta de maio de dois mil e dezassete, sobre a intervenção da requalificação deste espaço, e em que o Senhor Presidente tinha indicado o mês de junho de dois mil e dezanove para a conclusão da obra, considerou ser necessário e sem demora, dar respostas aos anseios dos fundanenses, até porque “já esperamos duas décadas para que essa requalificação acontecesse. Não me lembro de usufruir deste espaço, aliás, ninguém da minha geração o usou, mas temos cidadãos que têm uma carga afetiva e emocional ligada àquele espaço e é de inteira justiça começarmos a pôr em prática esta intervenção. Questiono o que é que falta para que isto aconteça”. Disse que o prazo de discussão pública, sessenta dias, já tinha sido ultrapassado, pelo que gostaria de saber se já tinha sido incluído no projeto as, possíveis, intervenções e sugestões dos fundanenses apresentadas no debate, e para quando o arranque da intervenção, que tem como prazo de conclusão, junho de dois mil e dezanove.

Continuando, referiu-se à última Sessão da Assembleia Municipal, deste modo: “ Acho que qualquer pessoa, e qualquer mulher em particular, naquele dia ficou arrepiada com o voto contra a uma moção apresentada pelo BE, com o desígnio de promover a igualdade e lutar

contra a violência doméstica, e a Assembleia Municipal, no caso, a maioria PSD, votou contra. Eu acho que os elementos do PSD da Assembleia Municipal, e se fizermos um exercício, conseguimos ouvir o som de um estalo na cara de alguém, não conseguimos perceber o que são trinta facadas à “queima-roupa” perante uma mulher desprevenida. Sabemos quanto é que dói um corte accidental num dedo, trinca facadas não sabemos, e parece que os deputados do PSD também não sabem, porque num município que tem um Plano Intermunicipal, um Plano Municipal, que concorreu e houve um pedido de reforço para uma Casa Abrigo para o concelho do Fundão, tem elementos do PSD na Assembleia Municipal a votar contra uma moção que recomendava todas as formas de luta contra a violência nas mais diversas formas. Gostaria que o Senhor Presidente e a maioria deste executivo se posicionasse em relação a esta questão, porque naquele momento tive muita vergonha da maioria da Assembleia Municipal, um Órgão que eu prezo muito, estar a votar contra medidas que são extremamente necessárias. Se há em pleno século XXI pessoas a votar contra a igualdade de género e o combate à violência doméstica, faz todo o sentido, nós enquanto executivo e enquanto cidadãos em geral, falar e promover formações neste sentido, porque eu temo que os elementos do PSD na Assembleia Municipal que votaram contra estejam muito mal formados neste tema. Eu peço que o executivo, e neste caso a maioria PSD eleita, se distancie daquilo que foi a intervenção na Assembleia Municipal”.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente.

Agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Relativamente à Sessão da Assembleia Municipal, disse que se por alguma razão a Senhora Vereadora não estava recordada, o Presidente da Câmara teve oportunidade de usar da palavra, e antes da própria votação, pediu que fosse informado sobre se algumas das medidas que estavam previstas na moção já estavam a ser implementadas, e quais não tinham sido aprovadas.

Esclareceu que na moção havia medidas que podiam ser redundantes e outras mais bem-vindas relativamente àquilo que é o posicionamento do concelho do Fundão, e que a votação tinha ficado quase empatada, em que houve deputados do PSD que tiveram outro sentido de voto, e que relativamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que não votou contra, tinha ficado com a ideia de que se tinha absterido.

Prosseguindo, disse que no âmbito da informação escrita, referiu que o Município do Fundão é um município pioneiro relativamente à igualdade de género e que tem tido sempre uma intervenção extraordinariamente presente neste processo. Disse que nem sempre o Presidente da Câmara está de acordo com as posições que o órgão Assembleia Municipal toma, e

que lutará sempre para que haja liberdade de expressão. Referiu ainda que o Presidente da Câmara e todo o executivo, não se revêm na votação da Assembleia Municipal e lembrou que no órgão executivo todas as posições tomadas sobre a igualdade de género têm sido aprovadas por unanimidade, até no executivo anterior, e reiterando o que referiu na Assembleia Municipal, considera que é preciso ter muito cuidado com temas em que claramente estão muito unidos, dando como exemplo a questão das minas, da saúde e da igualdade de género, e que se os senhores deputados municipais pretendem uma maior abrangência e consenso nas moções e recomendações que apresentam, seria importante que houvesse, previamente, um maior trabalho entre os grupos políticos, nomeadamente em sede de Comissão Permanente.

Prosseguindo a sua intervenção, e relativamente ao Cineteatro Gardunha, confirmou que inicialmente o período de discussão pública era de sessenta dias, mas que este prazo tinha sido alargado, uma vez que se aproximava o período eleitoral. Disse que após o mês de outubro, tinham dado entrada duas propostas, que apresentavam basicamente três vertentes, nomeadamente, que o programa deste espaço seja associado ao espaço cultural, a questão da memória patrimonial e o restauro da fachada e espaços interiores. Disse que havia ainda a questão da sala/auditório, por não haver uma ideia unânime, mas que era importante manter a sua polivalência permitindo soluções para diversas utilizações, nomeadamente existir uma área de lugares sentados e outra de pé, em que o próprio palco pudesse ser moldável consoante as atividades, e uma outra situação que inicialmente não estava prevista, mas que após um diálogo com o atual arrendatário, poderá ser posta em prática, e que passa por dar mais largura ao Café Cine.

Disse ainda que, devido ao alargamento inicial do período para que os cidadãos se manifestassem, o município tinha solicitado à CCDRC a reprogramação do cronograma financeiro, passando para final de 2020 a conclusão da obra, e que o financiamento desta requalificação não só se manteve, como foi reforçado em duzentos e vinte e três mil euros.

O Senhor Presidente considerou “que é melhor perdermos mais tempo na parte do projeto, tendo em vista o modelo adotado de participação, do que dar apenas um mês para a discussão. O que é um bom exercício e uma boa decisão”.

Reiterou a total convicção e o total empenho do Município do Fundão em recuperar o Cineteatro Gardunha, e referiu que no quadro dos investimentos e dos edifícios notáveis, talvez este mandato possa ficar marcado por várias obras, nomeadamente, a requalificação do Cineteatro, o edifício do Convento, o velho edifício do Hospital do Fundão, o antigo Grémio, o Palácio Tudela na Praça Velha e o edifício da Câmara Municipal, cujas obras estão praticamente concluídas.

Usou da palavra o Senhor Vice-presidente.

Iniciou a sua intervenção dando conta da realização de mais uma prova de XCo Cyclin'Portugal em BTT, dia 13 de maio, no Fundão, destino cada vez mais procurado para a prática de provas de bicicleta, como demonstra os quase 2.500 atletas que durante o ano de 2018 participaram e ainda participarão nos diversos eventos e provas desta natureza, no Fundão. Aproveitou a oportunidade para dar já conhecimento, que no dia 30 de setembro, pela primeira vez no concelho do Fundão haverá um evento com mais de mil atletas em parceria com as Aldeias de Xisto. Sublinhou “a importância que tem a bicicleta do ponto de vista, não só desportivo, mas também para a economia local, eventos com impacto económico muito grande e em que o município estabeleceu já um quadro de cooperação com os hotéis, até para eles próprios estarem mobilizados para eventos desta dimensão”. “Temos mais de 400 km de circuito homologado no concelho do Fundão”.

Continuando, referiu-se à intervenção da Senhora Vereadora Dra. Joana Bento, e à “suposta indignação que teve na Assembleia Municipal. Julgo que aquilo que foi a posição da câmara foi manifestada nessa sessão da Assembleia Municipal e face ao teor dessas afirmações também gostaríamos que a Senhora Vereadora se distanciasse daquilo que foram as posições do PS nas comemorações do 25 de abril quando procurou não criticar mas censurar aquilo que foi a intervenção do representante do PSD”.

E acrescentou: “acho que vamos muito mal, quando procuram diminuir ou cortar a palavra aos jovens, designadamente um jovem que de resto teve a sua estreia numa sessão daquele género quando era estudante do secundário, e que teve a sua primeira participação numa intervenção deste género justamente aqui no Salão Nobre, e não creio que seja um bom caminho quando os partidos políticos procuram cortar essa palavra, porque a afirmação da bancada do PS também referida nos órgãos da comunicação social é que aquela intervenção não se enquadrava nas Cerimónias do 25 de abril. Pode não concordar o PS com o teor, mas no mínimo tem que respeitar aquilo que foi essa intervenção, e portanto se houve tanta indignação relativamente a este assunto, acho que era correto que agora se distanciasse daquilo que foi um momento que eu considero de censura e errado naquela assembleia”.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Em relação à questão da Sessão Comemorativa do 25 de abril, disse que não se podia distanciar da posição do líder da bancada do Partido Socialista, o Professor José Pina, porque não viu nesta posição uma tentativa de diminuir ou cortar uma intervenção do jovem, no caso o representante do PSD. Reiterou que a intervenção do representante do PSD não tinha tido em conta os outros partidos políticos que ali estavam “porque numa Sessão Solene o Palco para o

contraditório não existe, e ele figurou”. Disse que tinha sido o último a intervir e que tinha estado em constante retaliação aos discursos de todos os partidos “que se querem livres, mas que o Cristiano pelo dom que tem de falar, porque é extremamente inteligente, quis rebater as posições todas valendo-se das intervenções dos outros partidos. E eu, como jovem, também já entrevi numa Sessão Solene Comemorativa do 25 de abril, nunca me passaria pela cabeça retorquir ou contrariar, no caso, as posições a maioria delas ideológicas, e com essa carga que ali aconteceram, mas não era seguramente o local para fazer este tipo de discurso e aquele de facto não era um comício da JSD porque há lugar para tudo, e os jovens, e eu incluo-me, temos que saber que há lugar para tudo e aquele não era um lugar para contradizer os discursos que estavam a ser feitos naquela Sessão Solene, portanto eu não me distancio da intervenção do Professor José Pina na Assembleia Municipal, como a subscrevo”.

Usou novamente da palavra o Senhor Vice-presidente.

Disse que o Cristiano Gaspar já levava a sua intervenção escrita, e que fez o que abril trouxe: foi livre de dizer aquilo que queria.

Usou novamente da palavra o Senhor Presidente.

Considerou que as posições tomadas numa Assembleia destas deverá sempre realçar-se o que de mais positivo acontece, a liberdade de expressão e o respeito pela opinião dos outros.

Continuando, disse que tinha ouvido falar de partidos e não de pessoas, logo, está-se a falar de posições ideológicas, o que é natural que haja posicionamentos diferentes.

Disse que ao ouvir as intervenções, sentiu-se desconfortável, porque lhe pareceu que estava a propor-se à Assembleia Municipal, para se evitarem situações como as que aconteceram no 25 de abril, que se criasse ou se determinasse um conjunto de indicações para evitar que intervenções dessas pudessem acontecer, e que vem ao encontro do que a Senhora Vereadora disse que acha que aquelas intervenções são desadequadas.

3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Empreitada: “Reabilitação e Modernização dos Edifícios do Complexo Escolar da Escola Secundária do Fundão” – relatório de despacho/relatório de adjudicação

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 8 de maio de 2018, e que se transcreve:

“Considerando que o procedimento de concurso público **“Reabilitação e Modernização dos Edifícios do Complexo da Escola Secundária do Fundão”** foi autorizado em sede de reunião de Câmara Municipal do Fundão datada de 09/03/2018, com publicação na II série do

Diário da República, n.º 52 de 14 de março de 2018; Considerando que no âmbito do referido procedimento, foram apresentadas as listagens de erros e omissões bem como pedidos de esclarecimentos; Considerando a necessidade de cumprimento de prazos quer na análise dos erros e omissões e quer nos pedidos de esclarecimentos; Considerando que nos termos do art.º 50.º CCP cabe ao órgão competente para a decisão de contratar, pronunciar-se sobre as listagens de erros e omissões identificados pelos interessados; **Proponho ratificar o teor dos despachos que se anexam à presente informação e que dela fazem parte integrante”.**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Empreitada: “Reabilitação e Modernização dos Edifícios do Complexo Escolar da Escola Secundária do Fundão” – relatório de despacho/relatório de adjudicação)

A Senhora Vereadora Dra. Joana Bento questionou porque é que este assunto tinha sido enviado posteriormente à Ordem do Dia remetida na quarta-feira como tem acontecido. Disse que o envio dos documentos posteriormente à convocatória limitam muito o exercício da vereação “porque nós não temos um Staff que nos permita estar a 100% com estas questões, portanto convém que os documentos cheguem todos com tempo”.

Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade do Fundão

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 9 de maio de 2018, e que se transcreve:

“Considerando que, nos termos das disposições contidas no Regulamento para a Concessão de Distinções Honoríficas do Município do Fundão, a competência da atribuição das insígnias e medalhas municipais pertence à Câmara Municipal; Considerando que a atribuição de distinções honoríficas deverá constituir um sinal para estimular o aperfeiçoamento do mérito e virtudes que visam distinguir; Considerando que conferir prestígio e dignidade às condecorações municipais é uma das formas de manter vivas tradições que têm significado na vida do Município; Considerando que as distinções honoríficas do Município do Fundão são, por tradição, entregues no dia 9 de Junho de cada ano, por ocasião das comemorações respeitantes à criação do Concelho do Fundão, Proponho que, nos termos do disposto nos artigos 12.º e 13.º do Regulamento supra referido, a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a atribuição: Da **Medalha de Ouro da Cidade do Fundão**, destinada a galardoar indivíduos ou entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras que, pelo valor das suas realizações em qualquer ramo de atividade humana, contribuam, de forma excecional e

relevante, para o progresso e bom nome da cidade e do seu concelho, ao: **Povo do Fundão**, no âmbito da sua valorosa reação à maior calamidade sofrida por este concelho decorrente dos incêndios de 2017.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, precedendo escrutínio secreto, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição da Medalha de Ouro da Cidade do Fundão)

O Senhor Presidente disse que deve ficar na memória coletiva e na consciência de todos esta calamidade, e que ninguém conseguirá desligar-se, independentemente de qualquer atitude, quer institucional, individual, mais adequada, proactiva e resoluta, para reduzir riscos relativamente a esta questão.

Usou da palavra a Senhora Vereadora Dra. Joana Bento.

Disse que nada tinha a objetar contra esta proposta, e corroborou a ideia do Senhor Presidente, “que traz ao coletivo tudo aquilo que se passou”.

Disse que o executivo ao distinguir “O Povo do Fundão” perceba que será de inteira justiça fazer-se de tudo, dentro do que são as competências do município e o estiver ao seu alcance, para minimizar e mitigar tudo o que aconteceu em 2017, e acima de tudo, haver uma preparação prévia para que uma situação idêntica, não volte a acontecer.

Apelou “ao executivo em exercício, porque está de facto nas nossas mãos, mitigar tudo o que possa ter acontecido nesta altura, e prevenir um futuro próximo que seja mais verdejante do que aquele que temos neste momento”.

Usou da palavra o Senhor Vereador Dr. Paulo Águas.

Relativamente a esta questão, disse que há pormenores que ultrapassam o executivo, e deu conhecimento que o município teve que pedir ao ICNF a prorrogação do prazo para entrega de pareceres do ICNF para adjudicação da medida 8.1.4 no valor de 400 mil euros, ou seja, é absolutamente incrível que o município tenha que pedir prorrogação dos prazos de entrega de documentos, que deveriam ter sido cedidos pela administração, quando se trata de questões de uma medida de emergência do incêndio do mês de agosto.

Para terminar, o Senhor Presidente referiu-se novamente à palavra consciência, “porque acho que nos anos vindouros, seguramente quando alguém entrar neste Salão Nobre e se perguntar que medalha é aquela ao “Povo do Fundão” no seguimento das calamidades, seguramente haverá questões de consciência coletiva, haverá também questões de orgulho e de identidade de memória”.

Ratificação do protocolo celebrado entre o Município do Fundão e a Direção-Geral da Administração da Justiça

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 7 de maio de 2018, e que se transcreve:

“Considerando: Que o Município do Fundão e a Direção-Geral da Administração da Justiça pretendem assegurar uma colaboração estreita na área das infraestruturas, com o desígnio de promover a conservação das instalações do Tribunal do Fundão, em particular nas áreas de construção civil, eletricidade, águas sanitárias e esgotos, bem como a reparação do mobiliário, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade das instalações e, conseqüentemente, das condições de funcionamento dos serviços. Neste sentido, foi celebrado no dia 20 de abril de 2018 entre as partes, um Protocolo que tem por objeto a conservação do interior das instalações do Tribunal, sem alterações estruturantes ou métodos construtivos e funcionais, a limpeza periódica de coberturas e seus órgãos de drenagem de águas pluviais, bem como a reparação do mobiliário. **Proponho, face aos considerandos, e em conformidade com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que a Câmara Municipal delibere ratificar o Protocolo que segue em anexo à presente proposta.**”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Ratificação do protocolo celebrado entre o Município do Fundão e a Direção-Geral da Administração da Justiça)

Atribuição de subsídio – Freguesia da Soalheira

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 7 de maio de 2018, e que se transcreve:

“Considerando que a Freguesia da Soalheira solicitou a atribuição de um subsídio destinado a apoiar a aquisição **de um edifício confinante com a Sede da Junta de Freguesia**; Considerando que o pedido foi devidamente instruído conforme o disposto no artigo 8.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias; Considerando que a alínea b) do artigo 2 deste Regulamento determina que a atribuição de apoios às freguesias visa, designadamente, o apoio de forma criteriosa a iniciativas das freguesias que promovam atividades de relevante interesse municipal; Considerando que o objetivo desta obra e o esforço de investimento visa aumentar a sede da Junta de Freguesia, pretendendo-se deste modo melhorar as condições de atendimento dos habitantes desta freguesia; **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos dos artigos 3.º alínea b) e 13.º n.º 1 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, que a Câmara

Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a minuta do contrato-programa que segue em anexo à presente proposta e que dela fica a fazer parte integrante, atribuindo um apoio no montante de € 3.700,00.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídio – Freguesia da Soalheira)

Atribuição de subsídio – Freguesia de Alpedrinha

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 7 de maio de 2018, e que se transcreve:

“Considerando que a Freguesia de Alpedrinha solicitou a atribuição de um subsídio destinado a apoiar **a realização dos trabalhos complementares no Polidesportivo da Casa do Povo**; Considerando que o pedido foi devidamente instruído conforme o disposto no artigo 8.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias; Considerando que a alínea b) do artigo 2 deste Regulamento determina que a atribuição de apoios às freguesias visa, designadamente, o apoio de forma criteriosa a iniciativas das freguesias que promovam atividades de relevante interesse municipal; Considerando que o objetivo desta obra e o esforço de investimento visa promover a melhoria das condições para a prática desportiva de todos, **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos dos artigos 3.º alínea b) e 13.º n.º 1 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a minuta do contrato-programa que segue em anexo à presente proposta e que dela fica a fazer parte integrante, atribuindo um apoio no montante de € 41.860,21.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídio – Freguesia de Alpedrinha)

Atribuição de subsídio – Santa Casa da Misericórdia do Fundão

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pela Senhora Vereadora Dra. Alcina Cerdeira, datada de 8 de maio de 2018, e que se transcreve:

“Considerando que o Município do Fundão entende que o aprofundamento de relações de cooperação com entidades parceiras nos domínios da educação musical e da dança é de grande benefício para o Concelho do Fundão; Considerando que a Santa Casa da Misericórdia do Fundão, através da sua Academia de Música e Dança do Fundão, é uma entidade cuja cooperação deve ser potenciada dada a sua relevância a nível local, regional, nacional e até internacional; Considerando que, à semelhança de anos anteriores, o Município do Fundão e a

Santa Casa da Misericórdia do Fundão têm organizado o “Concurso Internacional Cidade do Fundão” (Piano, Guitarra, Violino e Violoncelo); Considerando que esta autarquia atribui extrema importância à concretização, no concelho do Fundão, do evento acima mencionado por se inserir numa estratégia global de promoção Cultural; Considerando que esta iniciativa deve merecer o apoio incondicional da nossa edilidade; Considerando que o referido evento se tem realizado em anos anteriores com enorme sucesso; Considerando que compete à Câmara Municipal apoiar pelos meios adequados as atividades de natureza social, cultural, recreativa ou outras, **Proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, e nos termos da u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75 /2013 de 12 de setembro, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a atribuição de um subsídio à Santa Casa da Misericórdia do Fundão no valor de € 15.000,00, destinado à organização do “Concurso Internacional Cidade do Fundão – ano 2018” (Piano, Guitarra, Violino e Violoncelo).”**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídio – Santa Casa da Misericórdia do Fundão)

Atribuição de subsídio – Clube Cinófilo do Alentejo

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 7 de maio de 2018, e que se transcreve:

“Considerando que o Clube Cinófilo do Alentejo solicitou a atribuição de um apoio financeiro, destinado a apoiar a realização de duas provas do campeonato nacional; Considerando que a participação nestes eventos atraem largas dezenas de pessoas à região, e em especial, nesta altura do ano em que a beleza da Serra da Gardunha é única, promovendo para além do convívio, tudo o que é produzido pelas gentes do Concelho do Fundão; Considerando que o pedido está devidamente instruído com todos os documentos solicitados no requerimento/modelo; **Proponho**, face aos factos e com os fundamentos que se deixam expostos, e nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar a atribuição de um subsídio ao Clube Cinófilo do Alentejo no valor de € 200,00.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Atribuição de subsídio – Clube Cinófilo do Alentejo)

Aprovação das Normas de Participação e Funcionamento da VI Feira do Enchido e do Presunto em Atalaia do Campo

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Vice-presidente, datada de 7 de maio de 2018, e que se transcreve:

“Considerando que a Comissão de Festas de Atalaia do Campo, a União de Freguesias de Póvoa de Atalaia e Atalaia do Campo e o Município do Fundão se encontram a organizar a VI edição da Feira do Enchido e do Presunto, que decorre na Atalaia do Campo, entre os dias 25 e 27 de maio de 2018. Considerando que o objetivo principal do evento é promover, valorizar e divulgar a preparação e produção do enchido tradicional, a gastronomia e o artesanato, **proponho, face aos factos e com os fundamentos que se deixam acima expostos, aprovar nos termos em que estão elaboradas as normas de participação e funcionamento da VI Feira do Enchido e do Presunto, que irá decorrer na Atalaia do Campo, as quais seguem em anexo à presente proposta e que dela ficam a fazer parte integrante (Doc. nº 1).**”

Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação das Normas de Participação e Funcionamento da VI Feira do Enchido e do Presunto em Atalaia do Campo)

Ratificação do protocolo de colaboração celebrado entre o Município do Fundão e a Agência Portuguesa do Ambiente

Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 9 de maio de 2018, e que se transcreve:

“Considerando: Que o Município do Fundão e a Agência Portuguesa do Ambiente, IP celebraram no dia 27 de abril de 2018 um protocolo de colaboração que tem por finalidade apoiar políticas ambientais para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, aos recursos hídricos, aos resíduos e à conservação da natureza e biodiversidade. **Assim, proponho, em conformidade com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, que a Câmara Municipal delibere ratificar o Protocolo que segue em anexo à presente proposta.**”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Ratificação do protocolo de colaboração celebrado entre o Município do Fundão e a Agência Portuguesa do Ambiente)

4- DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Joaquim Figueira Caldeira – redução do pagamento de taxas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à redução do valor das taxas pela emissão do Alvará de Obras (já executadas) – Obras de alteração de habitação unifamiliar, na Rua do Outeiro, Alpedrinha.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido de redução de taxas, de acordo com a proposta do nº4 da informação prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente; e nos termos do nº4”.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Joaquim Figueira Caldeira – redução do pagamento de taxas)

Eco Glamping Gardunha, Lda. – redução do pagamento de taxas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à redução do valor das taxas e tarifas/preços previstos no âmbito do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Concelho do Fundão, para a obra de um Parque de Merendas, na Casa do Guarda, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do pedido de redução do pagamento de taxas, de acordo com a proposta do nº4 da informação técnico administrativa prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente; e nos termos do nº4”.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Eco Glamping Gardunha, Lda. – redução do pagamento de taxas)

João Seixo Nevado – legalização de arrumos agrícolas

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à legalização de arrumos agrícolas, no Vale da Moita, Salgueiro.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 2 do n.º 6, da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (João Seixo Nevado – legalização de arrumos agrícolas)

Elisabete Batista Opinião Robalo – construção de moradia unifamiliar

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de moradia unifamiliar, em Vale de Canas, Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º7, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Elisabete Batista Opinião Robalo – construção de moradia unifamiliar)

João José da Silva Gonçalves – ampliação de moradia unifamiliar e anexo agrícola (legalização)

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de ampliação de moradia unifamiliar e anexo agrícola (legalização), em Ulmeirinhos, Aldeia Nova do Cabo.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º7, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (João José da Silva Gonçalves – ampliação de moradia unifamiliar e anexo agrícola (legalização))

Eugénia Dias Gaspar Gil – construção de moradia unifamiliar e telheiro

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de moradia unifamiliar e telheiro, em Courela Redonda, Janeiro de Cima.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições

apontadas no n.º8, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do n.º8.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Eugénia Dias Gaspar Gil – construção de moradia unifamiliar e telheiro)

Teresa Maria Gonçalves dos Santos – ampliação de edificação destinada a habitação

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de ampliação de edificação destinada a habitação, na Rua de São Sebastião, 90, Fatela.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º6, da informação técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Teresa Maria Gonçalves dos Santos – ampliação de edificação destinada a habitação)

Maria Helena Pinto Sanches Galante – alteração de habitação unifamiliar

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de alteração de habitação unifamiliar, no Largo da Feira, 6, Orca.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no ponto 1 do n.º6, da informação técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao requerente e nos termos do n.º7.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Maria Helena Pinto Sanches Galante – alteração de habitação unifamiliar)

José Luís Mendes Martins – muro de vedação confinante com caminho público

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras de construção de muro de vedação, confinante com caminho público, em Courelas de Baixo, Alcongosta.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto de arquitetura: nas condições apontadas no n.º 8, da info. técnica prestada. 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req.; e nos termos do n.º 8”.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (José Luís Mendes Martins – muro de vedação confinante com caminho público)

CBF - Central de Biomassa do Fundão, Lda. – ramal de ligação de cabos elétricos subterrâneos entre a Central e a Subestação EDP

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa às obras do ramal de ligação de cabos elétricos subterrâneos, na Zona de Expansão Poente do Fundão.

O Chefe de Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – O deferimento do projeto: nas condições apontadas no Cap. III, da info. técnica prestada; 2 – Dar conhecimento – nos termos legais do CPA –, dessa decisão ao req. e nos termos do Cap. IV.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (CBF - Central de Biomassa do Fundão, Lda. – ramal de ligação de cabos elétricos subterrâneos entre a Central e a Subestação EDP)

Graça Martins Farinha – compropriedade

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa à constituição de compropriedade, no Vale dos Castanheiros, Maxial da Ladeira, através da qual se propõe o deferimento do pedido.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Proceder: conforme e nos termos propostos no n.º 5 da informação técnica prestada.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (Graça Martins Farinha – compropriedade)

Joaquim Antunes Guilherme – prorrogação de prazo para execução de obras - edifício em estado de ruína

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa ao pedido de prorrogação de prazo para a execução de obras, na Travessa do Vale, n.º 7, Fundão.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, considerando ao risco de ruína eminente em que se encontra a edificação, dar parecer desfavorável, após consulta à informação prestada pela comissão de vistorias. (Joaquim Antunes Guilherme – prorrogação de prazo para execução de obras - edifício em estado de ruína)

António Martinho Simões e Armando Campos – vistoria prévia a edifício em estado de ruína

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, relativa a uma vistoria prévia a edifício em estado de ruína, na Rua da Igreja, n.º 9, Freixial.

O Chefe da Divisão exarou na informação prestada o seguinte parecer: “VISTO. CONCORDO. PROPONHO: 1 – Que em Sede de Reunião de Câmara seja deliberado: determinar a execução das obras de intervenção propostas no Auto de Vistoria; 2 – Que se notifiquem - nos termos legais do CPA – os intervenientes (proprietários e a Junta de Freguesia), da decisão desta Câmara.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada e proceder em conformidade com a mesma. (António Martinho Simões e Armando Campos – vistoria prévia a edifício em estado de ruína)

Constituição das Comissões Técnicas de Vistorias

Foi apresentada à Câmara uma informação da Divisão de Gestão Urbanística, apresentando proposta de constituição das Comissões Técnicas de Vistorias.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, concordar com o teor da informação prestada. (Constituição das Comissões Técnicas de Vistorias)

5- INFORMAÇÕES

Ofício/Resposta do Senhor Presidente da República ao ofício do Município do Fundão, enviado a 6 de abril de 2018 – “Ferido Grave - Incêndio Florestal na Serra da Gardunha”

A Câmara Municipal tomou conhecimento do ofício/resposta remetido pela Casa Civil do Presidente da República.

Pergunta dirigida ao Ministério do Ambiente, pelos Senhores Deputados Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira sobre a poluição da albufeira de Santa Águeda/Barragem da Marateca, em Castelo Branco

A Câmara Municipal tomou conhecimento da questão sobre a poluição da albufeira de Santa Águeda/Barragem da Marateca, em Castelo Branco, levantada por alguns deputados da Assembleia da República.

Voto de Louvor e Agradecimento aprovado pela Assembleia Intermunicipal da CIMBSE, em 19 de abril de 2018

A Câmara Municipal tomou conhecimento de um voto de louvor e agradecimento aprovado pela Assembleia Intermunicipal da CIMBSE, em 19 de abril de 2018.

Balancete do dia 8 de maio de 2018

Total de Disponibilidades -----110.210,36€

Total de Movimentos de Tesouraria -----1.107.665,73€

Operações Orçamentais -----691.888,49€

A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete relativo ao dia 8 de maio de 2018.

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião. Para constar se lavrou a presente ata que, depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente _____

A Diretora do Departamento de Administração e Finanças _____